

LETÍCIA RODRIGUES DOURADO

ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS ATÍPICAS

GOIÂNIA

2024/1

LETÍCIA RODRIGUES DOURADO

ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS ATÍPICAS

Pesquisa elaborada para fins de avaliação parcial na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso do Curso de Pedagogia da Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, sob orientação da professora orientadora Dra. Maria Esperança Fernandes Carneiro.

GOIÂNIA

2024/1

LETÍCIA RODRIGUES DOURADO

Alfabetização de Crianças Atípicas

Apresentação de TCC, na modalidade de Monografia, no Curso de Pedagogia,
Escola de Formação de Professores e Humanidades da Pontifícia Universidade
Católica de Goiás.

Prof. Orientador

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0)_____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0)_____ ()

Prof. Convidado

Assinatura

Conteúdo: (até 7,0)_____ ()

Apresentação Oral: (até 3,0)_____ ()

Goiânia
2024/1

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha avó Alzira que já se foi, mas continua sendo minha maior força e inspiração na vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por ter seguido meus passos e me dando forças para poder chegar até aqui.

A minha mãe Maria Lucilene por ter me dado todo o apoio necessário pra que esse sonho se tornasse possível.

A minha tia Terezinha, por todos os conselhos e incentivos para que eu pudesse permanecer forte diante dos obstáculos enfrentados nessa trajetória.

Ao meu pai Milton, por todo amor, carinho e acolhimento, nos momentos difíceis.

Ao meu tio Ailton, por me ajudar a enfrentar os desafios encontrados no início da graduação.

Ao meu tio Rassoni, por me fazer sorrir nos momentos em que pensei só ter motivos pra chorar.

E em especial a minha orientadora Maria Esperança, por todo o apoio, incentivos, por entender a minha ansiedade e por me fazer acreditar que tudo isso seria possível se eu acreditasse em mim mesma.

RESUMO

Esta pesquisa faz parte da disciplina Monografia II, do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás). O tema escolhido para a sua realização foi “Alfabetização de Crianças Atípicas”.

Consideramos importante este tema, dado que, as crianças com desenvolvimento atípico, são aquelas que têm algum comportamento fora dos padrões considerados normais e que podem ter origens diferenciadas como deficiência intelectual, transtornos na aprendizagem e etc. Atualmente essas crianças são escolarizadas na perspectiva da educação inclusiva.

Nosso trabalho terá dois capítulos: no primeiro refletiremos sobre o papel das políticas públicas de inclusão na educação brasileira, como a Lei Brasileira de Inclusão e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, desempenham um papel crucial na promoção de uma educação equitativa e acessível, assegurando que todas as crianças, independentemente de suas condições, tenham o direito de aprender em ambientes inclusivos. Explicitamos as pedagogias Freiriana e Vigotskiana como caminhos possíveis de alfabetização de crianças atípicas.

Abordamos a pedagogia freiriana enfatizando a educação libertadora, centrada no diálogo, na conscientização crítica e na valorização das experiências individuais dos alunos. Já na pedagogia vigotskiana destacamos a importância da mediação social e cultural no processo de aprendizagem, utilizando a Zona de Desenvolvimento Proximal para apoiar o desenvolvimento cognitivo das crianças.

Conclui-se então que a efetivação de uma educação inclusiva no Brasil depende de esforços contínuos das políticas públicas e da comunidade acadêmica para superar os desafios e garantir a inclusão e alfabetização plena das crianças atípicas.

SUMÁRIO

Introdução.....	8
Fundamentação teórica.....	10
I - Desafios e Avanços na Educação Inclusiva no Brasil: contexto legal, político e social	14
II - Alfabetização de Crianças Atípicas: abordagens inclusivas e desafios pedagógicos à luz de Freire e Vygotski.....	20
2.1 Comunicação Aumentativa Alternativa (CAA)	30
Considerações Finais.....	35
Referências	37

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa faz parte da disciplina Monografia II, do curso de Pedagogia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás ([PUC Goiás](#)). O tema escolhido para a sua realização foi “Alfabetização de Crianças Atípicas”.

A monografia é um exercício de produção de conhecimento que exige acompanhamento científico durante o processo de pesquisa. Sendo assim, o projeto de pesquisa foi elaborado na disciplina Monografia I. Na disciplina Monografia II foi proposto a continuidade da escrita sobre o objeto de estudo, alfabetização de crianças atípicas e quais as melhores intervenções para promover a inclusão das crianças atípicas na educação escolar.

O tema teve origem empírica a partir do meu cotidiano profissional como professora de apoio na área dos anos finais com estudantes atípicos de 11 a 15 anos de idade que entretanto não estavam alfabetizados. Minhas dúvidas e interrogações quanto a este problema me levou a buscar livros, artigos científicos, documentos do Estado relacionados a área da educação básica (DCN) e pesquisa de dados virtuais, que pudessem subsidiar a compreensão do analfabetismo desses estudantes.

Os resultados por mim presenciados e a cima citados levou-me a questionar a não alfabetização desses estudantes e a me perguntar, [quais os motivos que levaram isso a acontecer?](#)

Consideramos importante este tema, dado que, as crianças com desenvolvimento atípico, são aquelas que têm algum comportamento fora dos padrões considerados normais e que podem ter origens diferenciadas como deficiência intelectual, transtornos na aprendizagem e etc. Atualmente essas crianças são escolarizadas na perspectiva da educação inclusiva.

Segundo Mantoan (2000), para ser inclusiva, a escola deve desenvolver estratégias pedagógicas para que o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes com desenvolvimento atípico se torne possível, atendendo o ritmo e as diferenças de cada um. Essas estratégias podem e devem considerar a reformulação dos currículos, adaptações de recursos, técnicas e avaliações para

alunos tanto neurotípicos ou atípicos e principalmente devem considerar o aperfeiçoamento dos profissionais envolvidos.

Quando se fala em educação, e mais especificamente na apropriação da leitura e da escrita de crianças com desenvolvimento atípico, sabe-se que são altos os índices de analfabetismo. Isso se dá como consequência do processo histórico desses sujeitos, os quais, por muito tempo, estiveram à margem da sociedade, sem direito de acesso à escolarização.

Nessa complexidade, onde fica a criança com desenvolvimento atípico? Para Kassar (2013, p.33), “o direito à escolarização das pessoas com deficiência está se concretizando dentro de um movimento de universalização do ensino fundamental brasileiro desde a última década do século XX”. Um dado relevante e que nenhum professor deve esquecer é que as crianças atípicas são capazes de serem alfabetizadas, aprender a ler, a escrever e a desenvolver o conceito lógico-matemático.

Com a chegada desse público à escola, o professor enfrenta um novo desafio: buscar subsídios para efetivar uma prática pedagógica inclusiva, que garanta a aprendizagem de todos os estudantes, sobretudo quando estes estão em processo de alfabetização. Por isso, é importante que os professores façam adequações curriculares, inovações pedagógicas, objetivando a participação das crianças com e sem deficiência em todas as atividades de classe ou extraclasse.

Para Pimentel (2012, p. 40), “o que precisa funcionar nessa proposta de uma educação inclusiva é um projeto sério de formação continuada dos professores do ensino regular, de modo que os permita conhecer melhor seus estudantes”.

O nosso problema se circunscreve as seguintes questões: Será que as escolas ainda não estão preparadas para receber esse tipo de aluno e sim ao aluno considerado “padrão”? O que dificulta a aprendizagem do aluno com deficiência de aprendizagem? Será que todas as crianças podem aprender a ler e escrever?

A nossa experiência indica o método fônico que engloba todas as possibilidades para viabilizar o processo de alfabetização das crianças típicas e atípicas.

Para tanto, definimos os seguintes objetivos:

Objetivo geral

Investigar e analisar as melhores intervenções pedagógicas para promover a alfabetização de crianças atípicas, compreendendo as dificuldades enfrentadas no processo de inclusão escolar e propondo estratégias para garantir o direito à educação dessas crianças, conforme as diretrizes da educação inclusiva.

Objetivos específicos

- Refletir sobre o papel das políticas públicas de inclusão na educação brasileira;
- Explicitar as pedagogias Freiriana e Vigotskiana como caminhos possíveis de alfabetização de crianças atípicas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Quando pensamos em uma educação igualitária, logo pensamos em uma educação inclusiva, no entanto os sistemas escolares estão organizados em um pensamento que permite dividir os alunos em normais e com deficiência. A lógica dessa organização é marcada por uma visão determinista, mecanicista, formalista, reducionista, própria do pensamento científico moderno, que ignora o subjetivo o afetivo e o criador, sem os quais é difícil acabar com o velho modelo escolar e produzir a reviravolta que a inclusão impõe.

A inclusão provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional que abala a identidade fixada dos professores e faz que seja ressignificada a identidade fixada do aluno. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, que não tem uma identidade determinada por modelos ideais, permanentes e essenciais (Mantoan, 2015, p. 23).

Nem todas as diferenças necessariamente inferiorizam as pessoas. Há diferenças e há igualdades, nem tudo deve ser igual, assim como nem tudo deve

ser diferente. É preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza e o direito de sermos iguais quando as diferenças nos inferiorizam (Santos, 1995, p. 56).

Independente de qual for a diferença, só se aprende a conviver convivendo. Para além dessa convivência, a escola tem um papel fundamental na formação dos indivíduos, promovendo o desenvolvimento em todas as áreas, para isso precisamos do conhecimento que não tivemos na formação inicial, buscando-os na formação continuada.

Ninguém começa a ser educador numa terça-feira às quatro horas da tarde. Ninguém nasce educando. A gente se faz educador, a gente se forma como educador permanentemente, na prática e na reflexão sobre a prática (Freire, 1996, p. 58).

As estratégias de aprendizagem devem ser aplicadas de acordo com as demandas e necessidades da criança, inclusive a maneira de como ela será avaliada.

Bons professores são aqueles que se preparam técnica e didaticamente; que se preocupam em educar; que fazem avaliações educativas e não punitivas; que apoiam seus estudantes independente de suas condições (Juliatto, 2007, p. 81).

No processo de ensino-aprendizagem da criança atípica, o professor precisa considerar as lacunas em seu desenvolvimento. É muito comum que ela tenha dificuldades na comunicação, linguagem e outras funções, o que significa que precisa de mais tempo para aprender, assim como de estímulo e repetição.

A alfabetização de crianças atípicas, que podem ter necessidades especiais ou deficiências, requer abordagens personalizadas e adaptadas às suas características individuais.

A criança atípica pode aprender a ler e escrever, mas possui uma forma de aprender diferenciada, ou seja, o jeito que ela constrói conceitos é diferente das crianças neurotípicas, por isso são necessárias estratégias pedagógicas que respeitem essa característica. “Para o pedagogo é muito importante saber exatamente a especificidade desse sujeito e a via pela qual deve conduzir a criança” (Vigotski, 2021, p. 74).

Os professores podem utilizar diversas estratégias para potencializar o estímulo à aprendizagem da criança com desenvolvimento atípico, uma delas é

fazer uso de recursos de tecnologia assistiva de alto ou baixo custo, por exemplo, a Comunicação Alternativa Aumentativa (CAA). Os recursos de CAA podem auxiliar os professores no processo de alfabetização de seus alunos atípicos bem como seus pares neurotípicos.

As crianças atípicas também precisam avançar no desenvolvimento das funções psicológicas superiores. Para isso, faz-se necessário que os professores criem situações mediadas para que as crianças avancem naquelas funções que elas ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, sendo auxiliadas por pessoas ou colegas mais experientes; assim, “aquilo que é zona de desenvolvimento proximal hoje será o nível de desenvolvimento real amanhã” (Vygotsky, 2007, p. 98). É importante que os professores trabalhem com atividades que desenvolvam a memória, a atenção e o pensamento abstrato das crianças atípicas; que proponham situações-problema para o desenvolvimento de suas funções psíquicas superiores.

O desenvolvimento das funções psíquicas superiores é possível somente pelos caminhos do desenvolvimento cultural, seja ele pela linha do domínio dos meios externos da cultura (fala, escrita, aritmética), ou pela linha de aperfeiçoamento interno das próprias funções psíquicas (elaboração da atenção voluntária, da memória lógica, do pensamento abstrato, da formação de conceitos, do livre-arbítrio e assim por diante).
Vygotsky (2011, p. 869)

Pretende-se neste trabalho trazer uma melhor compreensão sobre os motivos que fazem com que as crianças atípicas saiam do período de alfabetização ou até mesmo dos anos iniciais, chegando aos anos finais sem saber ler e escrever e também trazer métodos baseados nas perspectivas de Freire e Vigotski, para que os profissionais dos anos iniciais possam se sentir preparados para fazer com que essas crianças sejam devidamente alfabetizadas no período previsto.

Nosso trabalho terá dois capítulos: no primeiro refletiremos sobre o papel das políticas públicas de inclusão na educação brasileira, como a Lei Brasileira de Inclusão e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, desempenham um papel crucial na promoção de uma educação equitativa e acessível, assegurando que todas as crianças, independentemente de suas condições, tenham o direito de aprender em

ambientes inclusivos. Explicitamos as pedagogias Freiriana e Vigotskiana como caminhos possíveis de alfabetização de crianças atípicas. Abordamos a pedagogia freiriana enfatizando a educação libertadora, centrada no diálogo, na conscientização crítica e na valorização das experiências individuais dos alunos. Já na pedagogia vigotskiana destacamos a importância da mediação social e cultural no processo de aprendizagem, utilizando a Zona de Desenvolvimento Proximal para apoiar o desenvolvimento cognitivo das crianças.

CAPÍTULO I

Desafios e Avanços na Educação Inclusiva no Brasil: contexto legal, político e social

No Brasil o atendimento igualitário às demandas educacionais individuais das crianças está legalmente previsto na Constituição Federal de 1988, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente (LEI nº 8.069, ECA, 1990) que, em seu artigo 54, parágrafo III, demanda a garantia do “atendimento especializado aos portadores de deficiência preferencialmente na rede regular de ensino”.

Por mais que a inclusão seja um assunto bastante discutido no contexto brasileiro essa proposta ainda não foi efetivada. Por este motivo, como amparo da educação inclusiva, foi elaborada e publicada a “Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008). Essa política tem a função de substituir o caráter condicional das leis brasileiras que dificultaram o avanço da inclusão no país, reforçando os direitos a uma educação inclusiva legalmente prevista e até então não consolidada.

Recentemente, a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com Deficiência que, diferentemente dos dispositivos anteriores, tem como objetivo assegurar os direitos fundamentais da pessoa com deficiência, incluindo o direito à educação em escolas regulares, em todos os níveis de ensino.

O Art. 4º da LBI afirma que toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação.

- 1º Considera-se discriminação em razão da deficiência toda forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou exercício dos direitos ou das liberdades fundamentais de pessoas com deficiência incluindo as recusas de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas.

A questão da educação de crianças com deficiência, se encontra até hoje, em último plano, sobretudo porque durante os primeiros anos da revolução, questões mais urgentes reclamaram nossa atenção. Agora, chegou o momento de situar amplamente esse problema no campo da atenção social (Vigotski, 2021, p. 50).

Nessa situação, as questões mais importantes a serem respondidas atualmente, em relação à inclusão escolar de crianças atípicas, referem-se não somente ao direito dessas crianças frequentarem a escola comum, vem a questão de como os educadores podem construir uma educação de qualidade social, que atenda às necessidades educativas especiais garantindo, assim, progresso e permanência das crianças na escola.

Quando falamos de educação de qualidade social referimo-nos a um sistema educacional que busca garantir igualdade de oportunidades para todos os alunos, independentemente de sua origem socioeconômica. Isso inclui acesso equitativo a recursos educacionais, apoio individualizado para estudantes com necessidades especiais e uma abordagem inclusiva que valoriza a diversidade e promove a justiça social.

Alguns avanços na área da educação de qualidade social são: acesso universal e educação, inclusão para garantir que os sistemas de educação atendam estudantes com deficiência, minorias étnicas, LGBTQIAP+ e outras populações marginalizadas, integração de tecnologias inovadoras como realidade virtual, inteligência artificial entre outros.

Por mais que tenham acontecido avanços no campo da educação de qualidade social, nos últimos anos também tivemos alguns retrocessos, como cortes orçamentários na educação, falta de investimento em infraestrutura escolar, formação de professores e políticas que perpetuem disparidades econômicas.

Um grande exemplo que temos foi o golpe de 2016, que se refere ao processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff, que culminou em sua destituição em agosto daquele ano. Dilma Rousseff foi acusada de cometer crimes de responsabilidade fiscal, especificamente a prática das chamadas "pedaladas fiscais", que envolviam atrasos nos repasses a bancos públicos para melhorar artificialmente as contas do governo. Ela foi considerada inocente no ano 2023. O principal objetivo do golpe foi o enquadramento do Brasil na agenda

ultra neoliberal de extrema direita, que, por quatro eleições presidenciais consecutivas haviam sido derrotadas nas urnas. Para tanto, uma das primeiras ações dos interessados no golpe mediático, parlamentar, jurídico e do capital financeiro foi a formação de uma oposição selvagem no Congresso.

Nesse contexto, é possível enxergar distinção entre o golpe militar de 1964 e o golpe jurídico-parlamentar de 2016, embora as circunstâncias econômicas e os métodos empregados pela "velha direita" tenham sido distintos. O que pode ser particularmente perturbador é a franca e organizada defesa das teses anti-sociais, formando uma frente unida nos âmbitos jurídico, parlamentar e midiático, e que não hesitaram em recorrer a artifícios jurídicos ilícitos contra aqueles que consideram seus adversários. A instabilidade jurídica acaba se transformando em uma forma de censura e ameaça difusa, infiltrando-se em toda a sociedade, em um processo crescente de "judicialização" da vida social que suplanta o próprio campo político (Freitas, 2018, p. 27).

O golpe teria como objetivo impedir o governo recém-reeleito de governar, criando uma grave crise fiscal. Para isto, lançaram mão de pautas-bomba que aumentavam gastos e reduziam receitas. Impediam também, de forma sistemática, a aprovação de projetos cruciais para a estabilidade econômica do país. E, nos primeiros seis meses de governo, apresentaram 15 pedidos de impeachment.

O impeachment foi visto por muitos como um golpe de estado disfarçado, argumentando que as acusações não eram suficientemente graves para justificar a remoção de uma presidente eleita democraticamente. O termo "golpe" é utilizado principalmente por aqueles que acreditam que houve motivações políticas e interesses econômicos por trás do processo, visando remover o Partido dos Trabalhadores (PT) do poder.

O impeachment de Dilma Rousseff e a subsequente ascensão de Michel Temer à presidência tiveram vários impactos significativos na educação no Brasil.

Uma das medidas mais controversas do governo Temer foi a aprovação da Emenda Constitucional 95, conhecida como PEC do Teto dos Gastos e também como PEC da Morte. Esta emenda estabeleceu um teto para os gastos públicos

por 20 anos, ajustando-os apenas pela inflação do ano anterior, atingindo principalmente os setores sociais da educação e da saúde. Isso significou uma limitação severa nos investimentos em setores essenciais, incluindo a educação. A medida foi criticada por muitos especialistas, que argumentaram que a PEC comprometeria o financiamento adequado das políticas públicas educacionais.

Houve também, uma série de cortes no orçamento destinado ao Ministério da Educação. Esses cortes afetaram diretamente programas de financiamento estudantil, como o FIES, além de programas de apoio à pesquisa e extensão em universidades públicas e institutos federais.

Houve uma percepção de desvalorização dos profissionais da educação, tanto pela limitação dos reajustes salariais quanto pela falta de investimento em formação continuada e melhores condições de trabalho. [Nenhuma perspectiva de humanização ou transformação social é agregada aos processos educativos, daí seu caráter reacionário e conservador \(Freitas, 2018, p. 28\).](#)

As políticas de austeridade e os cortes orçamentários contribuíram para o aumento das desigualdades educacionais no Brasil, afetando mais severamente as populações mais vulneráveis e as regiões menos desenvolvidas do país.

A mercantilização e a militarização das escolas têm ganhado destaque no debate educacional brasileiro, especialmente após o ano de 2016. Esses processos podem afetar de maneiras distintas, e por vezes negativas, as famílias de crianças atípicas.

Nesse cenário, a educação está sendo capturada pelo empresariado para atender aos seus interesses na batalha ideológica. Ao ser encarada meramente como um "produto" a ser adquirido, em vez de um direito social fundamental, há uma pressão para afastá-la do controle estatal, justificando assim sua privatização. Além disso, do ponto de vista ideológico, a privatização oferece uma oportunidade para um maior controle político sobre as instituições educacionais, agora vistas como "empresas", impulsionadas pela uniformização promovida pelas diretrizes curriculares nacionais e pelo movimento "escola sem partido", este último sendo um braço político da "nova" direita no âmbito escolar (Freitas, 2018, p. 29).

Tratando-se da mercantilização das escolas, mesmo aquelas financiadas por vouchers, podem não estar adequadamente preparadas para receber crianças atípicas. A falta de infraestrutura adaptada e profissionais capacitados pode dificultar a inclusão dessas crianças.

A ideia dos vouchers usada para manter processos de segregação racial nos anos 1950 foi vendida pelo neoliberalismo como 'direito democrático dos pais a escolher a escola de seus filhos', mais tarde remasterizado também como o 'direito dos pobres de escolher estudar nas mesmas escolas particulares que os ricos frequentam' (Freitas, 2018, p.18).

Mesmo com vouchers, as famílias podem enfrentar custos adicionais não cobertos, como transporte especializado, materiais didáticos adaptados e terapias complementares.

A mercantilização pode promover a segregação, onde crianças com deficiência são menos propensas a serem aceitas ou bem atendidas em escolas de melhor desempenho, reforçando desigualdades.

A militarização pode criar um ambiente escolar mais rígido e menos flexível, o que pode ser particularmente desafiador para crianças atípicas que necessitam de abordagens pedagógicas adaptadas e sensíveis.

Crianças atípicas podem enfrentar dificuldades em aderir às expectativas rigorosas de comportamento e disciplina, resultando em punições desproporcionais e aumento do estresse.

A falta de formação na área pedagógica dos militares e principalmente, em educação inclusiva pode levar à exclusão e estigmatização dessas crianças, agravando seu sentimento de não pertencimento e exclusão.

O sucesso notável dos estudantes das escolas militares nos exames de proficiência, como o Prova Brasil e o Enem, tem impulsionado a ideia de que essas instituições deveriam ser tomadas como modelo para o aprimoramento das escolas públicas em todo o Brasil (Ricci, 2019, p. 109).

Quando esses dois processos ocorrem simultaneamente, os desafios para famílias de crianças com deficiência podem ser amplificados, fazendo com que as famílias encontrem dificuldade ainda maior em encontrar escolas que ofereçam um ambiente inclusivo e de qualidade.

Assim, ainda há diversos desafios a serem enfrentados os quais, além disso, continuam a produzir questionamentos e requerer esforços das políticas públicas e da comunidade acadêmica e científica para que os pré-requisitos de uma efetiva inclusão das diferenças seja garantido.

CAPÍTULO II

Alfabetização de Crianças Atípicas: Abordagens Inclusivas e Desafios Pedagógicos à Luz de Freire e Vigotski

Quando a alfabetização está sendo trabalhada com crianças típicas, as dificuldades apresentadas por elas são dificuldades cotidianas e que fazem parte do percurso, logo, o educador não terá dificuldades em auxiliar seu aluno perante estes contratempos. No entanto, quando se trata de crianças atípicas, nem sempre estas etapas da alfabetização poderão ser executadas. Cada criança tem seu tempo e sua forma de aprender. No caso de crianças atípicas, o tempo e a forma de aprender dependem totalmente do desenvolvimento cognitivo da criança.

Determinadas etapas são repetidas por diversas vezes até que o educador/alfabetizador consiga definir qual é a forma em que o sujeito em questão aprende. Este é o segredo: entender como a criança atípica aprende.

Alfabetização de crianças com necessidades atípicas, como crianças com deficiências de aprendizagem, pode ser um desafio, mas é crucial adaptar as abordagens pedagógicas para atender às suas necessidades individuais. O método fônico, que enfatiza a associação de sons com letras, pode ser uma ferramenta útil nesse processo, mesmo dentro de uma perspectiva freiriana.

A abordagem freiriana por ser inclusiva uma vez que é centrada no aluno sujeito histórico, que valoriza suas experiências enquanto ser social, seus conhecimentos prévios e seus potenciais individuais podemos estar utilizando este processo na alfabetização de crianças atípicas. Paulo Freire, desenvolveu uma pedagogia baseada na conscientização e na libertação, buscando promover a autonomia e a capacidade crítica dos alunos, independentemente de suas características individuais típicas ou atípicas.

A quebra de paradigmas se faz necessária, a partir, do momento em que o docente se prontifica a realizar uma educação de transformação, de aceitação das diversidades, para dissociar a educação bancária, da educação libertadora. Pois, na educação bancária o educando é apenas um receptor de conhecimentos, onde os docentes depositam seus saberes e os alunos apenas

os armazenam, os docentes disciplinam e os discentes aceitam ser disciplinados, sem questionamentos. Porém, a educação libertadora apresenta-se com um viés diferente, valorizando o saber de cada discente, respeitando suas capacidades e limitações. O docente oportuniza o diálogo com um olhar de igual para igual, nesta perspectiva de educação libertadora e a fim de proporcionar a mudança de status (Freire, 2005).

A educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente dos homens (Freire, 2002, p. 70).

Partindo, dessa premissa é importante ressaltar, que o homem é um ser inacabado e apto a transformações. Sendo assim, entender que as crianças atípicas não são isoladas, nem soltas e muito menos desligadas do mundo, portanto, compreender que estas crianças necessitam de atenção e de ser incluídas em todos os ambientes nos quais estão inseridas, pois se tratam de sujeitos com sentimentos, capazes de demonstrar afetividade, tristeza e dor.

Porém, de alguma forma são excluídos por carregarem em si as marcas da discriminação, que já se encontram impregnados na sociedade que traz consigo no decorrer dos anos, esta cultura que inferioriza tudo o que não dialoga com o que é considerado normal. Dentro dos padrões de uma sociedade capitalista e hierárquica.

Freire enfatizava a importância do diálogo como um meio de construir conhecimento e promover a conscientização. *Não há docência sem discência. [...] ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção.* (Freire, 1970, p. 37).

Na alfabetização de crianças atípicas, é fundamental estabelecer um ambiente de respeito mútuo, onde as vozes e perspectivas de cada criança sejam valorizadas. Ele defende a importância de contextualizar o aprendizado, relacionando-o à realidade e às experiências de vida dos alunos. Na perspectiva da educação inclusiva, é essencial adaptar o ensino de acordo com as necessidades específicas de cada estudante e oferecer materiais e atividades que façam sentido para eles.

Nesse sentido, cabe ao professor, entender que ensinar não é somente um repasse de conhecimentos pré-estabelecidos convencionalmente, e sim assumir uma postura de mediação entre o sujeito e o objeto do conhecimento de forma dialógica. Portanto, compete ao professor, conforme Freire (1996), desenvolver em seus educandos a autonomia de ser e de saber, respeitando-o como sujeito social e histórico, colaborando com compreensão e mudanças do mundo social, nos processos inclusivos.

É de extrema importância que a educação tenha significado para os alunos, conectando-se às suas vidas e interesses. Quando se trata da alfabetização de crianças atípicas, é crucial criar atividades que sejam relevantes e envolventes, levando em consideração suas habilidades, interesses e modos de aprendizado.

O diálogo é uma ferramenta poderosa na abordagem freiriana e pode ser utilizado para explorar os sons das letras, formar palavras e construir frases de maneira interativa. Incentivar as crianças a documentar seu próprio progresso por meio de atividades de escrita e leitura incluindo a criação de diários, cartas, histórias curtas, entre outros tipos de textos, nos quais elas possam praticar as habilidades fonéticas enquanto expressam suas próprias ideias e experiências é fundamental.

Promover o empoderamento e a autonomia dos alunos na alfabetização, significa oferecer oportunidades para que elas assumam o controle de seu próprio aprendizado, fazendo escolhas e participando ativamente do processo de ensino-aprendizagem.

Freire acreditava na capacidade dos alunos de superar desafios e transformar sua realidade por meio da educação. [Não é possível falar de uma verdadeira alfabetização sem considerar a compreensão crítica da língua falada e escrita. Não se trata apenas de ensinar as letras, mas de ensinar a ler o mundo através das palavras. \(Freire, 2019, p. 64\).](#)

Tratando da alfabetização de crianças atípicas, é importante reconhecer e valorizar suas habilidades e potenciais, ajudando-as a desenvolver estratégias para lidar com as dificuldades que possam enfrentar. Essas crianças têm foco determinado e é a partir dele, que se pode ampliar a compreensão da leitura do mundo/realidade no processo de alfabetização.

Para iniciar o processo de alfabetização, é fundamental identificar os interesses específicos da criança neurodivergente. Isso pode ser feito através de observação cuidadosa, perguntas diretas aos pais ou cuidadores e interações pessoais com a criança. Uma vez que identificados os interesses dela, o próximo passo é incorporá-los ao processo de aprendizagem.

Ao alfabetizar crianças autistas, é crucial identificar seus interesses pessoais e incorporá-los ao processo de aprendizagem. Por exemplo, se uma criança autista tem interesse em carros, é possível usar imagens de carros para ensinar letras e sons relacionados a eles. Isso torna o aprendizado mais envolvente e significativo para a criança, além de aproveitar seu entusiasmo natural.

Ou se a criança tem interesse em animais, podemos usar imagens de animais para ensinar letras e sons relacionados a eles. Podemos criar atividades interativas onde a criança possa associar cada letra a um animal específico, incentivando-a a participar ativamente do processo de aprendizagem enquanto explora seus interesses.

Outro aspecto importante é a utilização de ferramentas e recursos que atendam às necessidades sensoriais da criança autista. Por exemplo, algumas crianças autistas podem preferir aprender através de materiais táteis, como letras em relevo ou texturas diferentes para cada letra do alfabeto. Isso permite que elas explorem o alfabeto de uma maneira que seja mais confortável e estimulante para elas.

Além disso, é essencial criar um ambiente de aprendizado que seja estruturado e previsível, o que pode ajudar a criança autista a se sentir mais segura e confiante em sua capacidade de aprender. Isso pode incluir rotinas claras e consistentes, bem como a utilização de sistemas de reforço positivo para incentivar o progresso e a participação ativa.

Ao mesmo tempo, é importante reconhecer que cada criança autista é única, e o que funciona para uma pode não funcionar para outra. Portanto, é fundamental estar aberto a adaptações e ajustes conforme necessários, com base nas necessidades individuais de cada criança.

Paulo Freire enfatiza a importância do diálogo e da troca de experiências entre alunos e professores. Ao alfabetizar crianças com desenvolvimento atípico, é essencial criar um ambiente de aprendizado onde elas se sintam confortáveis e incentivadas a compartilhar suas ideias, perguntas e descobertas. Isso pode ser feito através de conversas abertas, jogos de perguntas e respostas e atividades em grupo que promovam a interação e a colaboração.

Outro aspecto fundamental do método de Paulo Freire é a conscientização crítica, que envolve ajudar os alunos a entenderem o mundo ao seu redor de forma crítica e reflexiva. Ao trabalhar com a alfabetização de criança atípicas, isso pode significar explorar temas relevantes para elas de uma maneira que seja acessível e significativa. Por exemplo, podemos usar histórias ou situações do dia a dia que envolvam seus interesses para ensinar conceitos de alfabetização, como a importância da leitura ou da escrita.

Para promover a alfabetização dessas crianças é necessário incorporar seus interesses pessoais ao processo de aprendizagem, promover o diálogo e a participação ativa, e estimular a conscientização crítica através de temas relevantes e acessíveis.

Ao fazer isso, podemos criar um ambiente de aprendizado inclusivo, estimulante e significativo para as crianças, ajudando-as a desenvolver suas habilidades de alfabetização de maneira holística e centrada no aluno.

Ao integrar o método fônico na alfabetização de crianças atípicas dentro do contexto freiriano, é essencial manter o foco na emancipação e na autonomia do aluno, capacitando-os a se tornarem leitores e escritores proficientes, ao mesmo tempo em que respeitam suas necessidades e características únicas.

A alfabetização com método fônico é uma abordagem de ensino da leitura e escrita que se baseia na conexão direta entre os fonemas que são os sons reproduzidos por nós e as letras que representam esses sons que são os grafemas. Nesse método, as crianças aprendem a ler e escrever de forma gradual, começando com a compreensão dos fonemas e em seguida, associando esses sons às letras correspondentes.

O código escrito é uma forma de representação linguística que implica na habilidade de compreender ideias, memorizar informações e transmitir mensagens, possibilitando ao indivíduo a interação com o mundo letrado no qual está inserido. A memória é um dos aspectos mais importantes que possibilita a aprendizagem. Alterações nela podem ocasionar uma dificuldade no armazenamento das informações ensinadas, dificultando, portanto, a aquisição da leitura e da escrita, principalmente quando se trata de crianças com transtornos do neurodesenvolvimento.

Ser alfabetizado significa adquirir a habilidade de codificar a língua oral em escrita e decodificar a escrita em oral. Ler e escrever também se referem à apreensão e compreensão de significados expressos em língua escrita (ler) e expressão deles por meio da língua escrita (escrever).

Durante o processo de alfabetização, as informações fonológicas e visuais precisam ser registradas na memória de trabalho e devem ser transferidas para a de longo prazo, a fim de, ocasionar o aprendizado do idioma escrito. Devido a essa importância da memória de trabalho no processo de aprendizagem alfabética, tornam-se indispensáveis as avaliações da consciência fonológica e da memória de trabalho em crianças que se encontram na alfabetização.

Lev Vigotski, um dos principais teóricos do desenvolvimento humano e da educação, oferece uma perspectiva única sobre como crianças com deficiências cognitivas, físicas ou emocionais podem ser alfabetizadas de maneira eficaz. Sua teoria sociocultural enfatiza a importância do ambiente social e das interações sociais no processo de aprendizagem, destacando a influência dos adultos e pares mais competentes na promoção do desenvolvimento infantil. [O educador deve saber onde enraíza a especificidade da pedagogia especial, quais fatos no desenvolvimento da criança respondem a essa especificidade e a exigem. \(Vygotsky, 2021, p. 74\).](#)

Vygotsky entende que o homem se constitui na interação com o meio em que está inserido. Diante disso, sua teoria foi denominada como socioconstrutivista ou sociointeracionista. Na concepção de Vigotski, o lúdico tem grande influência no desenvolvimento infantil e ele afirma que:

É através do jogo que a criança aprende a agir, sua curiosidade é estimulada, adquire iniciativa e autoconfiança, proporciona o desenvolvimento da linguagem, pensamento, interação e da concentração (Vygotsky, 1984, p. 39).

Através dos jogos e brincadeiras, as crianças adquirem conhecimentos que influenciarão em seu crescimento cognitivo. Em relação à aprendizagem de crianças atípicas, Vigotski (1984) afirma que, para ele, as crianças atípicas e as crianças típicas deveriam ter a educação de forma integrada, pois, desta forma, estaria contribuindo para o desenvolvimento dessas crianças através da compensação e de correção de erros.

Crianças autistas por exemplo, apresentam como sequela a dificuldade na fala e há evidências de que os prejuízos relacionados à dificuldade na leitura estão relacionados com a oralidade deficiente destas crianças. Como a maioria das crianças no espectro autista aprendem através da observação e repetição, ao analisarem o educador pronunciando uma palavra, serão trabalhadas a leitura e a pronúncia de palavras, ou seja:

A interação com diferentes contextos comunicativos possibilita a aquisição da linguagem oral e se repercute na produção da linguagem escrita. A troca interativa com pessoas mais experientes é de suma importância, pois permite que a criança observe como as palavras são articuladas, como é feita a classificação das coisas, pessoas, objetos e animais e isso contribui para seu entendimento do que ouve ou vê (Vygotsky, 1984, p. 135).

O método fônico possui uma relação direta com o método lúdico, uma vez que através de músicas, contação de histórias, poemas e figuras, pode-se treinar com a criança rimas, o reconhecimento dos sons de uma sílaba ou palavra sem o apoio visual.

Dentro do quadro teórico de Vigotski, a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) desempenha um papel central na alfabetização de crianças atípicas. A ZDP refere-se à distância entre o nível de desenvolvimento atual da criança e o nível de desenvolvimento potencial, que pode ser alcançado com o suporte de um adulto mais competente ou de pares mais habilidosos. Na prática, isso

significa que os educadores devem identificar as capacidades e necessidades individuais de cada criança e fornecer apoio personalizado para promover seu desenvolvimento.

Um conceito intimamente relacionado à ZDP é o de "andaime", que se refere ao suporte temporário e ajustável fornecido pelos adultos ou colegas mais competentes para ajudar a criança a alcançar um objetivo ou realizar uma tarefa específica. No contexto da alfabetização de crianças atípicas, podemos utilizar os conhecimentos já adquiridos e assimilados como se fossem andaimes para introdução de novos conhecimentos, que podem assumir várias formas, como fornecer pistas visuais ou verbais, modelar comportamentos de leitura e escrita, e adaptar materiais de aprendizagem para atender às necessidades individuais da criança.

Além disso, Vygotsky enfatizou a importância da mediação cultural no processo de aprendizagem. Isso significa que os educadores devem incorporar elementos da cultura da criança em atividades de alfabetização, proporcionando oportunidades para que eles se envolvam com materiais de aprendizagem relevantes e significativos para suas experiências de vida. *A deficiência se constitui quando não são reconhecidos e apoiados os estímulos compensatórios, o que se dá quando não tomamos a pessoa com deficiência como sujeito pertencente à uma cultura. (Vygotsky, 2021, p. 12).*

Ao retomarmos a cultura como apoio compensatório com as crianças atípicas, os educadores podem tornar a alfabetização mais envolvente e significativa para as crianças, ajudando-as a desenvolver suas habilidades de leitura e escrita de maneira autêntica.

Vygotsky afirma que o ambiente de ensino deve ser estimulador e favorável, e de acordo com o estudioso, o professor tem um papel importantíssimo no desenvolvimento e aprendizado destas crianças. O meio tem grande influência no aprendizado, e o educador será a ponte que intermediará o educando e o conhecimento. Assim, o ideal é que o educador seja paciente e afetuoso. Desta forma, a aprendizagem terá um resultado significativo e

satisfatório, completando o ciclo de desenvolvimento da criança (Resende, 2009).

Por fim, Vygotsky argumentou que as atividades de aprendizagem devem ser socialmente mediadas, ocorrendo dentro de um contexto social e envolvendo interações significativas com outros indivíduos. Na alfabetização de crianças atípicas, os educadores podem criar ambientes de aprendizagem colaborativos e inclusivos, onde as crianças tenham a oportunidade de interagir com colegas e adultos, compartilhar ideias e construir conhecimento juntos.

Em suma, a teoria de Vygotsky oferece percepções valiosas sobre como alfabetizar crianças atípicas de maneira eficaz, destacando a importância do suporte social, da adaptação individualizada e da valorização das experiências culturais da criança no processo de aprendizagem. Ao aplicar esses princípios na prática educacional, os educadores podem ajudar crianças atípicas a desenvolver suas habilidades de leitura e escrita de maneira significativa e inclusiva.

Tanto Freire como Vygotsky partem da realidade social como marco principal do processo do conhecimento propiciando arcabouço teórico metodológico para a alfabetização. Ambos os autores superam a memorização e levam a facilitação da apropriação do conhecimento enriquecido pelas interações sociais no processo de aprendizagem.

Pensando na alfabetização e crianças atípicas essa perspectiva é de suma importância, uma vez que, essas crianças têm como uma das principais dificuldades a interação social no trabalho coletivo.

Essa proposta avança em relação à Análise do Comportamento Aplicada (ABA), pois amplia as possibilidades de ir além da memorização via repetições constantes acrescentando a inserção da compreensão do conhecimento socialmente produzido.

A Análise do Comportamento Aplicada (ABA, do inglês Applied Behavior Analysis) é uma abordagem amplamente utilizada no tratamento de pessoas

com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras condições que afetam o comportamento. Apesar de sua popularidade e de diversos estudos que apontam sua eficácia, a ABA tem sido alvo de críticas, no que diz respeito ao uso mais da repetição e da memorização não ampliando as interações sociais, alunos com alunos, com professores, fora da escola na socialização dos conhecimentos socialmente produzidos. Sabemos que as interações sociais tem que vencer inúmeros obstáculos interiores das crianças/alunos, como também dos professores e demais profissionais da educação. Nesse sentido das interações sociais como caminho do processo ensino-aprendizagem com Paulo Freire e Vigostki, encontramos-nos ainda no início de uma caminhada que se pretende construir tendo a eficácia por fundamento. Mas não podemos esquecer que estamos no início.

Uma das características centrais da ABA é a utilização de técnicas intensivas de repetição para ensinar novas habilidades e comportamentos. Essa metodologia baseia-se na teoria do condicionamento operante de B.F. Skinner, onde comportamentos são reforçados através de recompensas ou consequências/ punições. (B.F.Skinner, 1974, p. 37).

Na ABA, a aprendizagem por repetição pode não generalizar para outros contextos. Ou seja, um indivíduo pode aprender a realizar uma tarefa específica em um ambiente controlado, mas pode não conseguir transferir essa habilidade para situações do dia-a-dia. Isso sugere que a aprendizagem pode ser superficial e não necessariamente indicativa de uma compreensão, ou, de habilidades adaptativas.

A ênfase na memorização e na repetição pode limitar o desenvolvimento da criatividade e do pensamento crítico. Apesar do espectro autista ter essas características o método ABA com a repetição reforça essas características, como: dificuldade na interação com o outro, ecolalias e estereotípias. Indivíduos treinados através de ABA podem se tornar dependentes de instruções explícitas e ter dificuldades em resolver problemas de forma independente ou inovadora.

Embora a ABA tenha mostrado resultados positivos em muitas situações, é fundamental reconhecer e abordar suas limitações e críticas. O uso excessivo

de repetição e memorização pode levar a problemas de generalização, de desengajamento e de não criatividade. Abordagens mais integrativas podem oferecer alternativas viáveis, promovendo um desenvolvimento mais equilibrado e holístico para indivíduos com TEA e outras condições que afetam o comportamento. O futuro da intervenção comportamental deve, portanto, ser pautado por uma reflexão ética contínua e pela busca de métodos que respeitem e valorizem a individualidade na integração de cada pessoa.

2.1 Comunicação Aumentativa Alternativa (CAA)

A Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) é um campo da comunicação que se concentra em ajudar indivíduos com dificuldades de fala ou linguagem a se comunicarem de forma eficaz. Essas dificuldades podem resultar de condições médicas como paralisia cerebral, autismo, lesões cerebrais traumáticas, síndromes genéticas ou outras condições que afetam a comunicação verbal.

A CAA envolve o uso de estratégias, técnicas e ferramentas que complementam ou substituem a fala oral. O objetivo principal é capacitar as pessoas a expressarem seus pensamentos, desejos, necessidades e sentimentos, promovendo a interação social e melhorando a qualidade de vida.

Existem várias formas de CAA, que podem ser classificadas em dois tipos principais, sendo elas:

Comunicação Alternativa (CA)

Envolve estratégias de comunicação não verbal para substituir a fala. Isso pode incluir gestos, linguagem de sinais, expressões faciais, apontar para símbolos ou imagens, usar tecnologia assistiva como dispositivos de comunicação especializados (por exemplo, tablets com aplicativos de CAA), entre outros.

Comunicação Aumentativa (C)

Refere-se ao uso de ferramentas e recursos para ampliar ou complementar a comunicação existente. Isso pode incluir o uso de símbolos visuais (como pranchas de comunicação com figuras ou palavras-chave), sistemas de

símbolos gráficos, software de voz sintética, ou até mesmo estratégias como escrever ou digitar.

A escolha das estratégias de CAA depende das necessidades individuais e das habilidades da pessoa. Um especialista em comunicação pode avaliar a pessoa para determinar quais métodos seriam mais eficazes para facilitar a comunicação.

Os benefícios da CAA são significativos, pois proporciona uma maneira alternativa de se comunicar para aqueles que não podem depender apenas da fala. Isso pode melhorar a independência, autoestima e qualidade de vida, permitindo que indivíduos com desafios de comunicação se envolvam mais plenamente em suas comunidades e relacionamentos.

Dentre as propostas de intervenção para desenvolvimento da comunicação funcional em crianças atípicas e especificamente com TEA, está a Comunicação Aumentativa e Alternativa (CAA). Estudos evidenciam a eficácia da intervenção de CAA em crianças atípicas, para ampliar a comunicação funcional. No Brasil, entretanto, há escassez de pesquisas sobre essa comunicação.

Vale lembrar que a CAA não deve ser reduzida à sua dimensão técnica, incorrendo-se no risco de superestimar os recursos tecnológicos em prejuízo das interações humanas (Nunes, 2018. p. 54). Nessa perspectiva, para tornar-se um comunicador competente, é imprescindível focar em dois ângulos do uso pragmático da linguagem.

O primeiro diz respeito às razões para comunicar-se. Comunica-se, dentre outros motivos, para regular comportamentos, estabelecer e manter interações sociais ou compartilhar informações.

O segundo ângulo refere-se à pressuposição, que se pertence à capacidade de avaliar o que o interlocutor já sabe para fornecer-lhe novas informações. Assim, o comunicador competente regula sua fala ao considerar, por exemplo, o nível maturacional do ouvinte ou o que ele (supostamente) conhece a respeito de um assunto.

Maior parte dos estudos meta-analíticos e descritivos que constituem essa recomendação tem revelado a efetividade da CAA para fins de regulação de

comportamento e privilegiando o uso da CAA em ambientes naturais, como a escola (Ganz, 2012; Nunes, 2008; Schlosser e Wendt, 2008; Vander Meer Rispoli, 2010).

Com efeito, as agências internacionais de pesquisa, como a NRC (2001), aconselham a priorização de práticas interventivas em contextos naturais e sugerem ser mais proveitoso ensinar o uso da CAA na sala de aula regular do que em ambiente laboratorial.

A CAA é um recurso desconhecido por um número considerável de professores e demais profissionais da Educação. Isso posto, evidencia-se a urgência em investir na formação de professores e demais educadores, capacitando-os a compreender a complexidade que constitui os transtornos do neurodesenvolvimento e a como utilizar a CAA.

Alfabetizar crianças atípicas utilizando a Comunicação Alternativa e Aumentativa (CAA) é um processo adaptativo e centrado nas necessidades individuais da criança. Antes de iniciar a alfabetização, é crucial identificar as necessidades específicas de comunicação da criança atípica. Por exemplo, se a criança tem dificuldades motoras, pode ser mais eficaz usar dispositivos de CAA com tecnologia sensível ao toque.

Para iniciar o processo de alfabetização de crianças atípicas utilizando a CAA é importante pensar na introdução do alfabeto utilizando símbolos visuais para representar cada letra. Por exemplo, uma prancha de comunicação com símbolos ou um aplicativo de CAA no tablet pode mostrar imagens correspondentes a cada letra (como "A" com uma árvore, "B" com uma bola, etc.).

Incluir atividades multissensoriais para reforçar a aprendizagem das letras é um passo de extrema importância. Por exemplo, para a letra "B", pode-se mostrar a imagem de uma bola, permitindo que a criança toque na bola e ouça a palavra "bola" enquanto vê o símbolo associado. Pensando nisso existe a possibilidade de criar jogos interativos de correspondência de letras usando CAA. Por exemplo, uma atividade onde a criança tem que encontrar e tocar na letra correspondente à imagem apresentada no dispositivo de comunicação.

Além de reconhecer as letras, é importante incentivar a criança a usar a CAA para expressar suas próprias palavras e frases, após aprender a letra "C", a criança pode usar o dispositivo de CAA para formar palavras simples como "casa" ou "cachorro". Existe também a opção de adaptar livros e materiais de leitura utilizando CAA para torná-los mais acessíveis.

Ao utilizar CAA para alfabetizar um estudante com dificuldade na fala é interessante que o professor possa trabalhar em parceria com terapeutas da fala, educadores especiais e outros profissionais para desenvolver estratégias de alfabetização eficazes e adaptadas às necessidades únicas da criança.

O objetivo principal ao alfabetizar crianças atípicas com CAA é promover a comunicação funcional e inclusiva, capacitando a criança a expressar-se e participar ativamente no processo de aprendizagem. Ao personalizar as estratégias de acordo com as habilidades e preferências individuais da criança, é possível maximizar o sucesso da alfabetização utilizando a Comunicação Alternativa e Aumentativa.

A alfabetização através da CAA é um processo multifacetado que requer a adaptação de métodos de ensino para atender às necessidades individuais dos alunos com dificuldades significativas de comunicação. Utilizando símbolos, dispositivos eletrônicos, atividades interativas e um enfoque integrado, os educadores podem proporcionar aos alunos uma base sólida para o desenvolvimento da leitura e escrita. A literatura na área destaca a importância de uma abordagem personalizada e inclusiva para maximizar os benefícios da CAA na alfabetização. O uso de estratégias e sistemas de comunicação aumentativa e alternativa (CAA) pode desempenhar um papel crítico no apoio ao desenvolvimento da alfabetização em indivíduos com necessidades complexas de comunicação (Lloyd, Fuller, Arvidson, 1997).

A utilização de símbolos gráficos para representar palavras e frases é uma técnica comum. Símbolos como os do sistema Picture Exchange Communication System (PECS) podem ser usados para ensinar o reconhecimento de palavras e a construção de sentenças.

Dispositivos de comunicação com aplicativos especializados podem vocalizar palavras e frases quando os usuários selecionam os símbolos ou textos

apropriados. Aplicativos como Matraquinha, Livox, e Falando Fotos. são exemplos de tecnologias assistivas que suportam a alfabetização.

Envolver os alunos em atividades de leitura compartilhada onde os textos são acompanhados por símbolos de CAA pode ajudar a reforçar a correspondência entre palavras faladas e escritas e seus significados. Ensinar habilidades de alfabetização usando CAA envolve fornecer instrução sistemática em consciência fonêmica, fonética, vocabulário, compreensão e escrita, muitas vezes exigindo a adaptação de métodos convencionais de instrução de alfabetização. (Smith, Spooner e Wood, 2013, p. 131).

Ao utilizar esse tipo de ferramenta para alfabetizar crianças com alguma atipicidade, é importante lembrar dos conceitos trazidos por Paulo Freire, de trazer conteúdos e informações que estejam presentes no cotidiano das crianças e que façam sentido para elas. Da mesma forma que devemos nos lembrar de Vigotski quando ele diz que devemos trazer para as atividades de alfabetização elementos existentes na cultura de cada criança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao explorarmos a temática alfabetização de crianças atípicas à luz das teorias de Paulo Freire e Vigotski, fica evidente a importância de uma abordagem inclusiva no processo educacional. A partir das perspectivas freiriana e vygotskiana, percebemos que o diálogo, a interação social e o reconhecimento das singularidades são fundamentais para o desenvolvimento cognitivo e social das crianças atípicas. Ambos os teóricos por nós estudados vêm contribuindo significativamente para o processo de alfabetização de crianças atípicas, uma vez que o ponto de partida é o conhecimento já adquirido socialmente de cada criança e culturalmente, respeitando as diferenças individuais. Também, buscamos na Comunicação Alternativa Aumentativa, enquanto uma das técnicas e abordagem, que tem emergido como uma ferramenta crucial para permitir que essas crianças, principalmente as não verbais, expressem suas necessidades, pensamentos e sentimentos, facilitando assim sua participação efetiva na sociedade. Para tanto, utilizamos de tablets, computadores e celulares enquanto instrumentos de facilitação do processo de ensino e aprendizagem.

A formação de professores para a alfabetização de crianças atípicas é uma necessidade crucial para garantir uma educação inclusiva e equitativa. Crianças atípicas, que podem incluir aquelas com deficiências cognitivas, físicas, sensoriais, transtornos do espectro autista, entre outras, requerem abordagens pedagógicas diferenciadas e adaptadas às suas necessidades específicas.

Os professores precisam entender as diferentes trajetórias de desenvolvimento infantil, incluindo as variações que podem ocorrer em crianças atípicas. Isso inclui conhecimento sobre marcos de desenvolvimento, bem como sinais de dificuldades de aprendizagem e desenvolvimento.

É essencial que os professores sejam capacitados em uma variedade de estratégias pedagógicas que podem ser adaptadas conforme necessário. Isso pode incluir métodos multissensoriais, ensino estruturado, uso de tecnologia assistiva, e principalmente abordagens baseadas no interesse da criança.

Os professores precisam ser sensíveis às diversas origens culturais e contextos familiares das crianças atípicas. É necessário desenvolver a conscientização sobre como fatores culturais podem influenciar a aprendizagem e a participação escolar.

Nesse sentido as políticas públicas e a educação pública são essenciais no processo de inclusão das crianças atípicas na educação, pois possibilitam a inclusão socialmente referenciada para todos. A privatização da educação constitui-se em grande obstáculo ao acesso a educação das crianças atípicas, principalmente, aquelas de baixa renda. A educação básica pública, em nossa Constituição de 1988, constitui-se em direito social fundamental para todos os brasileiros.

REFERÊNCIAS

CAMARGO, Sígla Pimentel; SILVA, Gabrielle Lenz; CRESPO, Renata Oliveira; OLIVEIRA, Calleb Rangel; MAGALHÃES, Suelen Lessa. **Desafios no Processo de Escolarização de Crianças com Autismo no Contexto Inclusivo: Diretrizes para Formação Continuada na Perspectiva dos Professores.** Educação em Revista, Belo Horizonte, v.36. 2020.

FERRERO, Emília. **Reflexões sobre alfabetização.** 26 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERREIRO, Emília.; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1986.

CÁSSIO, Fernando. Et al. **Educação Contra a Barbárie.** São Paulo: Boitempo, 2019.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade.** 22 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GONTIJO, Cláudia Maria; COSTA, Dania Monteiro; PEROVANO, Nayara Santos. **Alfabetização na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Proposições, Campinas, SP, v.31. 2020.

KASSAR, M. C. M. **Breve História da Educação das Pessoas com Deficiências no Brasil.** Campinas: Mercado das Letras, 2013.

LIMA, Venício A. **Paulo Freire: a prática da liberdade para além da alfabetização.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021.

MANTOAN, M, T, E. **Inclusão: O que é? Por que? Como Fazer?** São Paulo: Sumus, 2015.

PIMENTEL, S. C. **Conviver com a Síndrome de Down em Escola Inclusiva: Mediação Pedagógica e Formação de Conceitos.** Petrópolis: Vozes, 2012.

SANTOS, D. C. O. **Potenciais Dificuldades e Facilidades na Educação de Alunos com Deficiência Intelectual.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 38, n.4, 2012.

SANTOS, Joseane Ferreira; CAVALCANTE, Ticia Cassiany Ferro. **Mediação Pedagógica e Deficiência Intelectual: um Estudo de Caso acerca da Alfabetização com o uso da Comunicação Alternativa.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Brasília, v. 104, 2023.

SOARES, Magda. **Alfabetizar: toda criança pode aprender a ler e escrever.** São Paulo: Contexto, 2020.

SKINNER, B. F. **Sobre o Behaviorismo.** São Paulo: Cultrix, 2006.

VYGOTSKY, Lev S. **A Defectologia e o Estudo do Desenvolvimento e da Educação da Criança Anormal.** Tradução de Denise Regina Sale, Martha Kohl de Oliveira e Priscila Nascimento Marques. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.37, 2011.

VYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores.** São Paulo, SP: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKY, Lev S. **Pensamento e Linguagem.** São Paulo, SP: Martins Fontes, 1993.

VYGOTSKY, Lev S. **Problemas da Defectologia.** São Paulo: Expressão Popular, 2021.